

Apesar das críticas, uso da linguagem simples avança no Poder Judiciário

Anunciado em 4 de dezembro de 2023, o Pacto Nacional pela Linguagem Simples no Judiciário já conta com a adesão de mais de 70 tribunais e órgãos da Justiça brasileira. A iniciativa é uma das principais bandeiras da gestão do ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, à frente do CNJ.

Em artigo publicado pelo [Anuário da Justiça Brasil 2024](#) e reproduzido pela revista eletrônica [Consultor Jurídico](#)

, Barroso defendeu que as boas práticas de linguagem permitem que a sociedade compreenda melhor a fundamentação das decisões do Judiciário.

“Quase tudo o que decidimos pode ser explicado em uma linguagem simples, que as pessoas consigam entender. Ainda que para discordar, mas para discordar daquilo que entenderam”, afirmou Barroso no lançamento do pacto.



Pacto pela Linguagem Simples é uma das bandeiras de Barroso no CNJ

A ampla aceitação do projeto demonstra que ele atende a uma necessidade que é cada vez mais presente no Judiciário, sobretudo em tempos de polarização política, fake news, verdades borradas e democracias estremecidas. A iniciativa capitaneada pelo presidente do Supremo tem por objetivo varrer para debaixo do tapete a linguagem técnica própria do Direito, popularmente conhecida como “juridiquês”. A advogada e professora de linguagem simples jurídica **Ivy Farias** enxerga de maneira positiva o movimento, mas acredita que existe muito ainda a melhorar no pacto.

“É preciso criar diretrizes menos abertas e mais padronizadas para adoção da linguagem simples. O Brasil é um país imenso e heterogêneo. Do jeito que está, os tribunais vão adotar o que bem entenderem e chamar de linguagem simples.”

Ivy é autora do livro *Escrever Direito: Manual de Escrita Criativa Para Carreiras Jurídicas* (Editora A Palavrasta) e ministra cursos sobre o tema em seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil. Ela defende a adoção da linguagem simples não apenas pelo Poder Judiciário, mas por todos os âmbitos da administração pública. “É importante que as pessoas entendam portarias de ministérios e comunicações da Fazenda Pública, por exemplo, para compreenderem seus direitos e suas obrigações.”

Alcance do pacto

A maioria das cortes brasileiras já adotou o protocolo do CNJ. Dos 27 Tribunais de Justiça, apenas os de Alagoas, Santa Catarina e Sergipe ainda não aderiram. Entre os Tribunais Regionais Eleitorais, três os de Amapá, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Rondônia e São Paulo ainda estão fora. Na Justiça Federal, os Tribunais Regionais da 1ª e da 2ª Regiões já usam a linguagem simples.

Na Justiça do Trabalho, apenas quatro cortes regionais (Grande São Paulo e litoral paulista; Distrito Federal e Tocantins; Maranhão; e Rio Grande do Norte) ainda não são signatárias da iniciativa. Na Justiça Militar, todos os tribunais a adotaram.

Nos tribunais superiores e nos conselhos, o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho não usam a linguagem simples. O Superior Tribunal de Justiça também não aderiu formalmente ao pacto ainda, mas ministros como Daniela Teixeira já exibem em suas decisões a adesão à iniciativa.

Além de uma linguagem menos empolada, o Pacto Nacional pela Linguagem Simples também estabelece a reformulação de protocolos de eventos promovidos pelos tribunais e o uso da linguagem acessível às pessoas com deficiência.

A experiência paulista

Maior corte do país, o Tribunal de Justiça de São Paulo teve rápida adesão ao pacto. A formalização ocorreu em janeiro, por iniciativa de seu presidente, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia.



TJ-SP foi uma das primeiras cortes a aderir ao pacto proposto pelo CNJ

Por seu tamanho, a participação do TJ-SP   fundamental para qualquer iniciativa que busque simplificar a linguagem utilizada pelo Judiciário brasileiro. Afinal de contas, apenas no bi nio 2022/2023 a corte contabilizou aproximadamente 62 milhões de atos processuais, ou seja, o maior volume do país.

A juíza auxiliar da presidência **Paula Fernanda de Souza Vasconcelos Navarro** destaca que o tribunal paulista já havia tomado algumas medidas para a simplifica o de sua linguagem, como a série Juridiqu s Não Tem Vez, que explica temas de interesse da sociedade de forma simples, nos formatos de vídeo e podcast.

 ?Nossa perspectiva   de que, com uma linguagem mais simples e acessível, a popula o consegue entender melhor o Judiciário, compreendendo as razões das decisões proferidas , afirma Paula.

 ?No curso de forma o de novos juízes já existe a preocupa o com a linguagem simples. A Escola Paulista da Magistratura também promove cursos que tenham rela o com linguagem simples, e mesmo nas sessões de julgamento de algumas câmaras se tem adotado a prática de explicar as decis es , comenta a juíza.

Linguagem que aproxima

O juiz **Eduardo Camillo**, do Tribunal de Justiça da Bahia, trabalha com linguagem simples em comarcas do interior do estado desde 2014. Segundo ele, essa prática tem ajudado a aproximar os   jurisdicionados do Poder Judiciário e até melhorado a rela o com o Legislativo e o Executivo locais.

 ?Eu tento usar o português básico e que todo mundo entenda. Comecei a implementar isso nas comarcas e a popula o mais próxima passou a não se sentir intimidada com um juiz que só usa termos técnicos e cent rios pouco compreendidos. 

Conforme destaca Camillo, o tradicional “juridiquês” está perdendo espaço também nas faculdades de Direito e nas bancas de advocacia.

 ?O aluno de Direito hoje em dia está habituado a uma linguagem muito mais simples. Ele consegue entender que   melhor fazer uma peti o clara, concisa e objetiva do que usar termos rebuscados , explica o juiz, que também atua como professor de Direito Digital. Segundo ele, a linguagem simples vai facilitar até a utiliza o da inteligência artificial pelo Judiciário.  ?A maioria dos programadores não tem forma o jurídica. De modo que, quanto menos termos desnecessários forem utilizados, como o excesso de latim, mais fácil será a implementa o de sistemas de inteligência artificial no Judiciário. 

O advogado **Renato Eunício** virou um entusiasta da linguagem simples após fazer um curso.  ?  uma nova porta que se abre a todos os que trabalham com o Direito hoje e devem entregar uma comunica o mais acessível a todos, sejam juristas ou não.   fato que até mesmo juristas, juízes, advogados, promotores, analistas e técnicos de diversas reparti es públicas têm dificuldades, muitas vezes, para compreender textos produzidos em ambientes da administra o

pública e do Poder Judiciário.

Ele acredita que o Direito deve preservar seu vocabulário técnico, mas ele entende que os profissionais que atuam na área precisam romper a barreira do “juridiquês”. Alguns termos derivam do latim formal, falado há milênios nos limites da antiga Roma. Temos agora de falar fácil no mundo e para o mundo do Direito, o que pode ser uma difícil barreira a ser quebrada.

Simple x simplório

Apesar da adesão significativa à linguagem simples no Judiciário, há quem veja a novidade com ressalvas. O constitucionalista **Lenio Streck**, por exemplo, vê com reservas o que ele classifica como simplificação da linguagem do Direito.

O problema do Direito não está em chamar o STF de sodalício e coisas ridículas desse gênero (ou a CLT de Códex Obreiro). Isso é certamente desnecessário, mas parar o diagnóstico nesse epifenômeno é fazer pouco do problema. Se o Direito fosse sofisticadamente aplicado e compreendido, não faria qualquer diferença usar chatices que chamamos de ‘juridiquês’. O problema é outro, afirma Streck.

Ele acredita que mais importante do que discutir linguagem simplificada é melhorar o nível das faculdades de Direito no Brasil.

As pessoas têm noção de que os alunos da graduação não leem mais livro algum e se abastecem na internet, paraíso do efêmero? E isso, cá para nós, não é culpa de linguagem empolada. Há formados em Direito que não sabem escrever coerentemente. Bater no ‘juridiquês’ é ‘chutar cachorro morto’. O problema está na insuficiente reflexão dos alunos e profissionais, fruto de uma profunda crise do ensino jurídico e da dogmática jurídica, mergulhada no senso comum. Até acredito que haveria espaço para a urbanização (simplificação) do Direito, isto é, para a tradução do complexo em termos mais acessíveis. É possível. O ponto é que o ensino, na base, já é frágil. Contentamo-nos com reciclagem? A simplificação é o maior inimigo da ciência. E a degeneração do Direito.

Segundo o constitucionalista, o movimento pela linguagem simples está intimamente ligado à influência das redes sociais. As redes sociais apostam nesse tipo de senso comum. As redes sociais são a amostra da degeneração. Na própria política, em que o fascismo cresceu. Por que ser? A linguagem mais simples quer dizer encurtamento do mundo.

Na mesma linha, o advogado e professor de Direito **Rafael Marinangelo** afirma que, com o pretexto de simplificar a linguagem, está se empobrecendo o estudo do Direito.



â??Cito o professor Miguel Reale no *Lições Preliminares do Direito*. Nessa obra, ele explica que o Direito é uma ciência. A primeira coisa que nós temos de entender é que existe uma linguagem própria do Direito e que ela é essencial para que haja a comunicação e a compreensão dentro do mundo do Direito.â?•

Marinangelo defende que o uso de termos técnicos pode servir para evitar decisões e petições prolixas e a distorção de conceitos, o que não se deve admitir no ambiente jurídico.â

â??A brutalidade linguística é mais atraente do que a elegância? Não creio e por isso prefiro unir-me ao pensamento de Miguel Reale para, com ele, defender a aquisição e o uso rigoroso do vocabulário do Direito, ‘o que não exclui, mas antes exige os valores da beleza e da elegância’â?•, provocou ele em [artigo publicado](#) na **ConJur**.â

Autores: Rafa Santos